DocuSign Envelope ID: 763CB6FC-AB83-411A-93DB-15839C9D4BEE

FAZENDAS REUNIDAS PILON S/A

CNPJ nº 52.310.885/0001-29

Demonstrações Financeiras em 31/12/2023 e 31/12/2022. - *(Em milhares de Reais)*

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro 2023. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho, 31 de Dezembro de 2023. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial em 31/12/2023 e 31/12/2022 - *(em milhares de reais).*

Ativo	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
1. Circulante			
1.1 Disponível			
1.1.1 Bens Numerários	5	1	-
1.1.2 Aplicações Financeiras	5	423	169
		424	**169**
1.2. Direitos Realizáveis			
1.2.1 Estoques	6	11.324	6.219
1.2.2 Títulos a Receber		17.858	-
1.2.3 Contas a Receber	7	9	960
1.2.4 Adiantamento Fornecedores	8	3.666	310
1.2.5 Impostos Taxas a Recuperar	9	19.307	18.417
1.2.6 Despesas de Exercícios Seguinte		145	140
1.2.7 Safras Fundadas Cana de Açúcar	10	-	5.572
		52.309	**31.618**
Total Ativo Circulante		**52.733**	**31.787**
1.3. Investimentos			
1.3.1 Participações em Outra empresas	11	8.767	8.328
1.3.2 Culturas Permanentes	10	391	1.448
1.3.3 Arrendamentos de Terras	17	102	3.683
		9.260	**13.459**
1.4. Ativo Imobilizado			
1.4.1 Imobilizado Próprio	12	110.842	103.147
1.4.2 Depreciações Acumuladas	12	(66.234)	(59.994)
		44.608	**43.153**
1.5 Intangíveis			
1.5.1 Intangíveis Próprios		3	3
Total do Ativo não Circulante		53.871	56.615
Total do Ativo		**106.604**	**88.402**

Passivo	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
2.1. Circulante			
2.1.1 Fornecedores de Materiais	13	5.211	2.849
2.1.2 Honorários a Pagar		38	38
2.1.3 Contas a Pagar	16	382	217
2.1.4 Ordenados e Salários		1.309	1.120
2.1.5 Imp. Taxas e Contr.a Pagar	15	1.479	977
2.1.6 Empréstimos Bancários	14	79	965
2.1.8 Provisão IRPJ e Csll		2.549	-
2.1.9 Provisões Diversas		3.633	2.677
2.1.10 Arrendamentos de Terras Diversos	17	2.344	1.593
Total Passivo Circulante		**17.024**	**10.436**
2.2. Passivo não Circulante			
2.2.1 Empréstimos Bancários	14	-	78
2.2.2 Lucros/Dividendos a Pagar	18	1.400	1.400
2.2.3 Arrendamentos de Terras	17	6.936	1.686
Total Passivo não Circulante		**8.336**	**3.164**
2.3. Patrimônio Líquido	**20**		
2.3.1 Capital Social		17.500	17.500
2.3.2 Reserva de Capital		284	284
2.3.3 Reservas de Lucros		63.460	57.018
Total Patrimônio Líquido		81.244	74.802
Total do Passivo		**106.604**	**88.402**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2023 e 31/12/2022 - *(em milhares de reais)*

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Liquido do Exercício		**11.343**	**36.027**
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado Abrangente do Exercício		**11.343**	**36.027**

Demonstração de Resultado do exercício em 31/12/2023 e 31/12/2022 - *(em milhares de reais)*

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta Operacional			
Vendas		171.674	207.947
Deduções (Impostos)		(4.728)	(5.452)
Receita Liquida	**21**	**166.946**	**202.495**
Custo Produtos Vendidos	22	(130.202)	(138.448)
Lucro Bruto		**36.744**	**64.047**
Outras Receitas Operacionais	23	2.450	2.672
Receitas Financeiras	24	154	79
Despesas Financeiras	24	(70)	(702)
Despesas Operacionais	23	(22.881)	(12.360)
Lucro/Prejuízo Operacional		**16.397**	**53.736**
Resultado do Exercício		**16.397**	**53.736**
Contribuição Social s/Lucro		(1.344)	(4.694)
Provisão P/Imposto de Renda		(3.710)	(13.015)
Resultado Líquido do Exercício		**11.343**	**36.027**

Demonstração do Fluxo de Caixa-DFC-Método Indireto Período 31/12/2023 e 31/12/2022 - *(em milhares de reais).*

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	11.343	36.027
Depreciação, amortização, baixas e outros ajustes	6.688	4.698
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.942)	(1.590)
Safra Fundada / Cultura Permanente	6.629	9.977
(=) Lucro Ajustado	22.718	49.112
Redução das Contas a Receber	(16.907)	(951)
Redução dos Impostos a Recuperar	(890)	(2.778)
Aumento/redução do Adiantamento a Fornecedores	(3.356)	252
Aumento/Redução dos Estoques	(5.105)	939
Redução Despesas Pagas Antecipadamente	(5)	(28)
Aumento/Redução de Fornecedores	2.362	(1.527)
Aumento/redução de Contas a Pagar e Impostos a Recolher	4.361	(27.971)
(=) Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	3.178	17.048
Fluxos dos Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado	(7.695)	(15.987)
Venda de Imobilizado	154	861
Recebimento de dividendos	900	-
Arrendamento de Terras	3.581	803
(=) Caixa Consumido nas Atividades Investimento	(3.060)	(14.323)
Fluxos dos Financiamentos:		
Empréstimos de Curto Prazo	(886)	(1.875)
Empréstimos de Longo Prazo	(78)	(810)
Pagamentos de Dividendos	(4.900)	-
Arrendamento de Terras	6.001	(983)
(=) Caixa gerado/consumido nas Atividades Financiamento	137	(3.668)
Aumento/redução liquido de caixa e equivalentes de caixa	255	(943)
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	169	1.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	424	169
Aumento/redução liquido de caixa e equivalentes de caixa	255	(943)

Monstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Período 31/12/2023 E 31/12/2022 - *(em milhares de reais)*

Discriminação	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas Legais	Reservas de Lucros	Lucros/Prej. Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldo balanço 31/12/2021	**17.500**	**284**	**2.176**	**18.815**	**0**	**38.775**
Lucros do Exercício	0	0	0	0	36.027	36.027
Transferência p/Reservas Legais	0	0	1324	0	-1.324	0
Transferência p/Reservas de Lucros	0	0	0	34.703	-34.703	0
Saldo balanço 31/12/2022	**17.500**	**284**	**3.500**	**53.518**	**0**	**74.802**
Lucros do Exercício	0	0	0	0	11.343	11.343
Transferência p/Reservas de Lucros	0	0	0	11.343	-11.343	0
Lucros Distribuídos	0	0	0	-4.900	0	-4.900
Saldo balanço 31/12/2023	**17.500**	**284**	**3.500**	**59.961**	**0**	**81.245**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Fazendas Reunidas Pilon S/A ("Companhia") está localizada na Cidade de Cerquilho- SP, na Fazenda Santa Maria e tem como objeto social o Cultivo de Cana-de-Açúcar, Cultivo de laranja, serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita. A Companhia poderá participar de outras companhias congêneres no País. Tendo como tributação a do Lucro Real. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às Normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foram autorizada pelos Administradores da Companhia em 13 de fevereiro de 2023. Após sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 03. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (em milhares de Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas As informações das incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte Nota Explicativa: **2.5. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços são utilizadas para mensurar os valores justos, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa n°25-Instrumentos financeiros. **3. Principais politicas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **a. Receita operacional: I. Venda de produtos:** As receitas de vendas são proveniente venda de cana de açúcar, provem de um unico cliente, empresa coligada, a J.Pilon S/A - Açúcar e Álcool onde representa 94% do seu faturamento. Quanto a venda de laranja, a entidade tem como cliente apenas a Sucocítrico Cutrale Ltda representando 1% do seu faturamento. A atividade de serviços agrícolas é explorada através de prestação de serviços aos produtores rurais de cana, representando 5% do seu faturamento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. As receitas financeiras são reconhecidas no resultado, por meio do Método dos Juros Efetivos As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação monetária passiva. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do Método de Juros Efetivos. **c. Beneficios a Empregados: I. Beneficios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para Imposto de Renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro liquido (CSLL). A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los as suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos dentro de outras receitas e despesas operacionais no resultado. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o Método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. As taxas médias anuais ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa média (%)
Edifícios	4
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	20

g. Ativos Intangíveis: (i) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **(ii) Gastos Subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no Método linear e nas vidas úteis de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **h. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O "Contas a receber de clientes" é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um "Contas a receber de clientes" sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA-instrumento de dívida; ao VJORA-instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas - políticas; • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados-por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial: • Ativos financeiros a VJR; • Ativo financeiro a custo amortizado; • Instrumentos de dívida a VJORA; • Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o Método de Juros Efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Capital social:** As ações são classificadas como patrimônio líquido. **i. Redução ao valor recuperavel (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo Método da Equivalência Patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperavel. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida por meio do resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto, os estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **k. Valor justo dos Ativos Biológicos:** Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados - Nota explicativa 10 - Ativo Biológico **l. Arrendamento Mercantil:** A Fazendas Reunidas Pilon S/A avalia na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação. A empresa aplica uma unica abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. • **Passivos de arrendamentos:** Na data do inicio do arrendamento, a empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. • **Arrendamentos de curto prazo:** A empresa aplica isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamento cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de inicio e que não contenham opção de compra). Tambem aplicam a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo metodo linear ao longo do prazo de arrendamento. **4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor:** Revisão de pronunciamentos técnicos Nº 24/2023. Este documento de revisão apresenta alterações nos pronunciamentos técnicos: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1). Este documento estabelece alterações em pronunciamentos técnicos em decorrência das alterações de reforma tributária internacional.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Descrição	**2023**	**2022**
Caixas e bancos	1	-
Aplicações financeiras	423	169
	424	**169**

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a aplicações financeiras automáticas dos saldos das contas-correntes em certificados de depósitos bancários e renda fixa, remuneradas pela taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e seu valor não supera o valor de mercado. A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa n° 25- Instrumentos financeiros.

6. Estoques	**2023**	**2022**
Suprimentos para lavoura	2.761	2.115
Suprimentos de Insumos	8.563	4.104
Total	**11.324